

Especial

Economia
circular com
justiça social

PÁGINA 5

CNC

Black Friday
deve injetar
R\$ 5,4 bilhões
no comércio

O comércio deve receber volume recorde de R\$ 5,4 bilhões com a Black Friday deste ano, temporada de compras que terá como marco a sexta-feira da próxima semana. A estimativa é da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A projeção da CNC representa crescimento de 2,4% em comparação com o ano passado (R\$ 5,27 bilhões), já descontada a inflação do período. O economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, explicou à Agência Brasil que a pesquisa não se refere a um dia específico, mas ao impacto ao longo do mês de novembro. “Isso é uma característica da Black Friday brasileira”, diz. A Black Friday já é a quinta data mais importante para o comércio. **PÁGINA 2**

APOIO EMOCIONAL

STF barra
transporte
aéreo de
animais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter a suspensão da lei do estado do Rio de Janeiro que regulamentou o transporte de animais de apoio emocional na cabine de voos nacionais e internacionais que decolam ou pousam nos aeroportos do estado. O plenário confirmou a liminar do ministro André Mendonça, que, em novembro do ano passado, determinou a suspensão da Lei Estadual 10.489 de 2024. O ministro atendeu ao pedido da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e entendeu que somente o Congresso pode aprovar regras sobre o transporte aéreo de passageiros. Os ministros Moraes, Dino, Zanin, Fux, Toffoli, Cármen Lúcia e Fachin também consideraram a lei inconstitucional. **PÁGINA 5**

BANCOS

BRB: auditoria apura fraudes ligadas ao Master

O Conselho de Administração do Banco de Brasília (BRB) divulgou um comunicado ao mercado, no qual informa que vai contratar uma auditoria externa especializada para “apurar os fatos” investigados no âmbito da Operação Compliance Zero. Deflagrada na segunda-feira passada pela Polícia Federal (PF), a operação investiga a emissão de títulos de créditos falsos por instituições então ligadas ao Sistema Financeiro Nacional. Ela tem como alvo principal o Banco Master. Essas ope-

rações simularam empréstimos e outros valores a receber, em meio a negociações de carteiras de crédito com outros bancos. Entre eles, o BRB. No comunicado divulgado na terça-feira passada, o BRB informa ter contratado “uma auditoria externa especializada e independente para apurar os fatos mencionados na referida operação (Operação Compliance Zero), notadamente os relacionados às operações de aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco Master.” **PÁGINA 3**

CONGRESSO

Relator no Senado vai manter
recursos da PF no PL Antifacção



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Indicado para relatar o projeto de lei (PL) Antifacção no Senado, o senador Alessandro Vieira (**foto**) informou à Agência Brasil, ontem, que seu relatório não permitirá que a Polícia Federal (PF) perca recursos, apesar de avaliar que o texto aprovado na Câmara está “adequado quanto ao mérito”. “Vamos verificar o formato, mas a gente já antecipa que não terá nenhum tipo de redução no financiamento da Polícia Federal, que é fundamental para o Brasil.” Aprovado na Câmara dos Deputados, o substitutivo apresentado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) sofreu críticas do governo federal por, entre outros motivos, alterar os critérios para distribuição dos recursos apreendidos do crime organizado, o que, segundo o governo, tira recursos da PF. O relator do PL Antifacção no Senado avalia, porém, que o texto que veio da Câmara está adequado e que possíveis mudanças devem ser feitas para ajustar a “forma do projeto”. “É para verificar ajustes de forma; no mérito, ele está adequado ao que o colegiado, aqui no Senado, entende de endurecimento penal, endurecimento na execução das penas, mas é preciso ter um cuidado e uma verificação mais apurada no tocante à forma e à constitucionalidade de alguns pontos”, afirmou o senador. Alessandro Vieira informou que o Senado vai realizar uma audiência pública, na próxima semana, para discutir o projeto. **PÁGINA 6**

COP30



BRUNO PERES/ABRASIL

Helder entrega a Lula
carta para por estados
na agenda climática

O governador do Pará, Helder Barbalho, entregou ontem uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), com a assinatura dos 27 Estados do Brasil, para que a participação efetiva e o envolvimento dos entes subnacionais sejam reconhecidos nos resultados das negociações multilaterais da COP30. O grupo quer a materialização desse reconhecimento nos textos finais da Conferência. Helder mencionou, especificamente, as responsabilidades dos Estados e dos governos locais na implementação das agendas de resiliência, de adaptação e de outras soluções sustentáveis para cumprir as metas climáticas do Brasil. Em Belém desde 10h50 da manhã, Lula teve um encontro com o setor produtivo e entes subnacionais. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA -0,65% / 155.498,55 / -1.023,58 / Volume: 26.081.083.778 / Negócios: 4.400.079										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,36% (out.)	EURO turismo	
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,09% (out.)	Compra: 6,2255	Venda: 6,4055
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.							
ABEV3	13,41	-2,40	-0,33	DASA3	2,81	+14,69	+0,36	ALPA3	10,45	-15,59	-1,93	Dow Jones	46.138,77	+0,10	Taxa Selic		CDI	
PETR4	32,82	-0,52	-0,17	SHOW3	6,70	+9,84	+0,60	CRPG5	17,19	-12,30	-2,41	S&P 500	6.642,16	+0,38	(05/11)	15%	(05/11)	14,90%
SMF3	24,46	+2,51	+0,60	BRKM6	8,05	+9,52	+0,70	PDGR3	0,86	-11,34	-0,11	NASDAQ Composite	22.564,229	+0,59	TR		OURO	
COGN3	3,71	-1,33	-0,05	LUXM4	4,05	+9,46	+0,35	OIBR3	0,08	-11,11	-0,01	Nasdaq 100	24.640,515	+0,56	(20/11)	0,1760%	BM&F/grama/RJ	R\$ 699,60
GOLL54	5,22	-0,38	-0,02	BIOM3	7,50	+7,45	+0,52	DOTZ3	6,250	-10,20	-0,710	Euronext 100	1.678,72	-0,08	Poupança		EURO Comercial	
												CAC 40	7.953,77	-0,18	(20/11)	0,6769%	Compra: 6,1493	Venda: 6,1499
																	Compra: 5,3534	Venda: 5,5334

MERCADOS



Dólar sobe com cautela pré-feriado e Fed no radar

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,39%, a R\$ 5,3385, após máxima de 5,3476.

Termômetro do comportamento da moeda americana em relação a uma cesta de seis divisas fortes, em especial euro e iene, o índice DXY superou o nível dos 100,000 pontos e operava ao redor dos 100,230 pontos no fim da tarde, em alta de cerca de 0,70%. Entre emergentes pa-

res do real, a moeda americana zerou as perdas em relação ao peso mexicano e passou a subir frente ao rand sul-africano.

Apesar de ter ultrapassado nesta semana o nível de R\$ 5,30, o dólar recua 0,78% em novembro, após avançar 1,08% em outubro. No ano, a moeda americana cai 13,62% em relação ao real, que tem o segundo melhor desempenho entre as moedas latino-americanas, atrás apenas do peso colombiano.

DESCUMPRIMENTO

IFI: piora do resultado primário de estatais pode afetar meta fiscal

FLÁVIA SAID/AE

A Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI) alerta que a piora do resultado primário das empresas estatais pode implicar no descumprimento formal da meta de resultado primário do governo federal, em razão de uma margem mais apertada para a compensação. Esse e outros alertas constam do 106º Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), divulgado ontem.

A permanência de resultados primários negativos das estatais, sustenta a IFI, pode trazer alguns riscos adicionais. "Além da possibilidade de aportes de recursos por parte do governo central, que configura uma despesa primária, a incapacidade de geração de recursos próprios pode levar a um reenquadramento dessas empresas como estatais dependentes do Tesouro Nacional, o que levaria esse custeio para o orçamento do governo central", explica a instituição.

A meta de resultado primário fixada na LDO compreende uma meta conjunta para o governo central e para empresas estatais não dependentes - aquelas controladas por um ente da federação (União, Estados

ou municípios), mas que não recebem recursos dele para pagar despesas de pessoal, custeio ou capital. Há metas individuais para esses dois grupos (governo central e estatais não dependentes). As diretrizes orçamentárias permitem a compensação entre essas metas.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 4º Bimestre de 2025, o Executivo estimou um déficit de R\$ 9,2 bilhões (0,07% do PIB) para as empresas estatais, inferior à meta fixada na LDO do exercício. Considerando, no entanto, as deduções previstas com o Novo PAC, estimadas em R\$ 3,7 bilhões, a estimativa é que a meta fiscal das estatais seja cumprida em 2025, com uma margem considerada pela IFI como "muito estreita".

A projeção do governo para o resultado primário das empresas estatais apresentou uma piora de R\$ 2,7 bilhões ante a avaliação do 3º bimestre explicada, principalmente, pela piora no resultado esperado da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). A expectativa para o resultado dos Correios passou de um superávit de R\$ 700 milhões, na avaliação do 3º bimestre, para um déficit de R\$ 2,4 bilhões, na avaliação do 4º bimestre.

EUA

Dirigentes do Fed veem inflação perto da meta sem tarifas

LAÍS ADRIANA, PEDRO LIMA E THAÍS PORSCHE/AE

A ata da reunião de outubro do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) mostra que a inflação continua no centro das divergências internas do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês). Os dirigentes observaram que o avanço recente dos preços "permaneceu um pouco acima" da meta de 2% e que o comportamento do núcleo tem "ficado elevado", já que a desaceleração em serviços de moradia foi compensada pela alta nos

bens, influenciada pelas tarifas adotadas no ano. Segundo o documento, vários dirigentes afirmaram que, deixando de lado o impacto das tarifas, a inflação estaria "perto da meta", mas muitos destacaram que os preços têm mostrado "pouco sinal de retorno de forma sustentável" ao objetivo em tempo razoável.

A ata aponta que diversos membros esperam que a inflação siga "um pouco elevada" no curto prazo, sobretudo devido à persistência dos serviços, enquanto muitos acreditam que os bens ainda terão algum repasse adicional de tarifas.

CNC

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O comércio deve receber volume recorde de R\$ 5,4 bilhões com a Black Friday deste ano, temporada de compras que terá como marco a sexta-feira da próxima semana. A estimativa é da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A projeção da CNC representa crescimento de 2,4% em comparação com o ano passado (R\$ 5,27 bilhões), já descontada a inflação do período.

O economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, explicou à Agência Brasil que a pesquisa não se refere a um dia específico, mas ao impacto ao longo do mês de novembro. "Isso é uma característica da Black Friday brasileira", diz.

A Black Friday já é a quinta data mais importante para o comércio, ficando atrás do Natal, Dia das Mães, Dia das Crianças e Dia dos Pais.

Os setores que podem ter maiores vendas são:

- hiper e supermercados: R\$ 1,32 bilhão
- eletroeletrônicos e utilidades domésticas: R\$ 1,24 bilhão
- móveis e eletrodomésticos: R\$ 1,15 bilhão
- vestuário, calçados e acessórios: R\$ 950 milhões
- farmácias, perfumarias e cosméticos: R\$ 380 milhões
- livrarias, papelarias, informática e comunicação: R\$ 360 milhões

INFLUÊNCIAS

Ao apontar motivos para o volume recorde, a CNC lembra que a economia brasileira tem vivenciado desvalorização do dólar (que deixa produtos importados mais baratos), perda

de força da inflação e crescimento de emprego e renda média do trabalhador.

A taxa de desemprego no país alcançou 5,6% no trimestre encerrado em setembro, o nível mais baixo já apurado pela série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2002.

Por outro lado, a CNC aponta fatores que impedem um crescimento ainda maior nas vendas: o nível elevado dos juros e o patamar de famílias endividadadas.

O estudo cita um levantamento do Banco Central que aponta taxa média de juros das operações de créditos livres destinadas às pessoas físicas em 58,3% ao ano, maior nível para essa época do ano desde 2017.

Em relação ao endividamento, a entidade representativa do comércio cita pesquisa própria que mostra 30,5% das famílias com contas em atraso.

Outro fator que pesa contra é a concorrência com o setor externo, por meio de importações. Ou seja, pessoas que preferem comprar de lojas estrangeiras.

DESCONTOS

A CNC fez um acompanhamento diário de 150 preços de itens de 30 categorias para medir os descontos médios. O levantamento aponta que 70% delas revelaram "elevado potencial de redução", quando o preço já acusava tendência de queda superior a 5%.

Os maiores descontos ficaram com as seguintes categorias:

- Papelaria: 10,14%
- Livros: 9,02%
- Joias e Bijuterias: 9,01%
- Perfumaria: 8,20%
- Utilidades Domésticas: 8,18%
- Higiene Pessoal: 8,11%
- Moda: 7,82%
- História

REAÇÃO

PL Antifacção aprovado pela Câmara asfixia PF e Receita, diz Haddad

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A versão do Projeto de Lei (PL) Antifacção aprovada pela Câmara dos Deputados segue "na direção contrária do que se pretende" e enfraquece órgãos federais responsáveis pelo combate ao crime organizado, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**). Segundo o ministro, o substitutivo do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) asfixia financeiramente a Polícia Federal (PF), ao alterar regras de destinação de bens apreendidos.

"Nós não podemos deixar essas operações serem enfraquecidas por um relatório açodadamente votado, sem que os especialistas fossem ouvidos, sem que os órgãos fossem ouvidos adequadamente, à luz do dia, em audiência pública, para que todo mundo tenha conhecimento do que aconteceu", disse o ministro na saída do Palácio do Planalto.

Segundo Haddad, o texto da Câmara cria brechas para o crime organizado. "Você vai complicar o impedimento para abrir brechas para o bandido atuar, ao invés de combater os órgãos que atuam



LULA MARQUES/ABRASIL

contra a corrupção e o crime organizado? É uma contradição, e nós temos que resolver", acrescentou.

MENOS RECURSOS

Na avaliação do ministro da Fazenda, a manutenção por Derrite da divisão dos recursos confiscados de facções, quando houver atuação conjunta de órgãos federais e estaduais, reduz verbas para áreas estratégicas no combate ao crime organizado. O deputado, relator da proposta na Câmara, concordou em migrar os valores para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

No entanto, o governo argu-

menta que outros fundos federais, como o Fundo Nacional Antidrogas (Funad) e o Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol), perderiam recursos. Haddad afirmou que o substitutivo aprovado também enfraquece a Receita Federal, especialmente na atuação aduaneira.

"Por melhor que tenha sido a intenção, ela vai na direção absolutamente contrária do que se pretende. Ela facilita a vida dos líderes do crime organizado e asfixia financeiramente a Polícia Federal e fragiliza as operações de fronteira da aduana, que é da

com reembolso total

- Caso suspeite de propaganda enganosa ou se sinta lesado em uma compra, denuncie no portal consumidor.gov.br ou no Procon do seu estado

GOLPE POR IA

Uma pesquisa recente publicada pelo site Reclame Aqui apontou que 63% dos consumidores não conseguem identificar golpes com inteligência artificial (IA).

O escritório Baptista Luz Advogados, parceiro do site, apontou alguns caminhos que ajudam a identificar possíveis golpes elaborados por IA:

- Vídeos e vozes artificiais, falas descompassadas, piscadas fora de ritmo ou vozes com entonação robótica
- Anúncios com celebridades ou influenciadores em contextos incomuns: quando o rosto ou a voz de uma pessoa famosa aparece promovendo algo que ela nunca divulgou oficialmente, por exemplo
- Mensagens muito formais, com frases repetitivas ou erros sutis de concordância e pontuação
- Perfis falsos com aparência profissional, contas recém-criadas em redes sociais, sem histórico de postagens ou com comentários automatizados
- Imagens ou logotipos distorcidos: a IA ainda falha em pequenos detalhes, logos ligeiramente diferentes, sombras incoerentes, mãos ou objetos com proporções estranhas em imagens promocionais são pistas de manipulação digital
- Comunicações que simulam atendimento humano: chats, e-mails ou mensagens com atendentes que parecem reais, mas respondem de forma genérica

Receita Federal. Então nós estamos realmente na contramão do que nós precisamos", disse.

O ministro avaliou ainda que o texto cria "expedientes frágeis" que podem ser usados por advogados de criminosos para anular investigações. Ele citou impacto negativo em três operações em andamento: o combate a fundos financeiros usados para lavagem de dinheiro, a atuação contra a máfia do combustível no Rio de Janeiro e o enfrentamento a fraudes no sistema bancário.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se manifestou e afirmou que o texto aprovado "enfraquece o combate ao crime e gera insegurança jurídica".

POSIÇÃO DA PF

A Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) reconheceu avanços no projeto, mas apontou retrocessos, especialmente na retirada do Funapol, fundo destinado ao aparelhamento da PF, como destinatário dos bens confiscados.

A entidade pediu que o Senado faça um debate "mais técnico, sem interferências políticas e ideológicas".

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

BANCOS

BRB faz auditoria para apurar fraudes ligadas ao Master

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Conselho de Administração do Banco de Brasília (BRB) divulgou um comunicado ao mercado, no qual informa que vai contratar uma auditoria externa especializada para “apurar os fatos” investigados no âmbito da Operação Compliance Zero.

Deflagrada na segunda-feira passada pela Polícia Federal (PF), a operação investiga a emissão de títulos de créditos falsos por instituições então ligadas ao Sistema Financeiro Nacional. Ela tem como alvo principal o Banco Master.

Essas operações simularam

empréstimos e outros valores a receber, em meio a negociações de carteiras de crédito com outros bancos. Entre eles, o BRB.

COMUNICADO DO BRB

No comunicado divulgado na terça-feira passada, o BRB informa ter contratado “uma auditoria externa especializada e independente para apurar os fatos mencionados na referida operação (Operação Compliance Zero), notadamente os relacionados às operações de aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco Master.”

O Banco diz também que vai averiguar os procedimentos in-

ternos adotados para aprovação desses negócios e “possíveis falhas de governança ou de controles internos”, acrescentou ao reafirmar seu compromisso “com as melhores práticas de governança, transparência e prestação de informações ao mercado.”

Por fim, informa que o Conselho de Administração seguirá acompanhando de forma contínua os desdobramentos dos fatos, mantendo seus acionistas e o mercado devidamente informados.

INVESTIGADOS

Entre os investigados da operação está o dono do Banco

Master, Daniel Vacaro, detido no Aeroporto de Guarulhos ao tentar deixar o país.

Também são investigados o então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e o diretor de Finanças e Controladoria do banco, Dario Oswaldo Garcia Júnior. Ambos foram afastados dos cargos que ocupam no banco.

Na segunda-feira, ao participar da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga o crime organizado, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, disse que as fraudes investigadas podem ter movimentado irregularmente cerca de R\$ 12 bilhões.

Fim do Master: trabalhadores e 12 milhões de clientes serão afetados

MATHEUS CROBELATTI/AE

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região disse ontem que a determinação do Banco Central de liquidação do Banco Master deve impactar 515 trabalhadores e 12 milhões de clientes. O órgão também analisa os possíveis efeitos indiretos sobre o Will Bank, que faz parte do conglomerado Master.

Em nota oficial, o sindicato avisa que “segue atento, cobrando transparência e buscando to-

das as informações necessárias para proteger os direitos dos trabalhadores e garantir que qualquer ação siga rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria e a legislação vigente”.

A associação também diz esperar que “as soluções passem pela proteção ao emprego dos trabalhadores, que não podem ser penalizados pelos atos praticados pelos gestores do banco”.

FIM DO MASTER

Na última terça-feira o Ban-

co Central oficializou a liquidação extrajudicial do Banco Master. A decisão está relacionada à Operação Compliance Zero, que apura e combater a emissão de títulos de créditos falsos por instituições que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional.

A medida resultou na prisão do dono da entidade, Daniel Vorcaro, no Aeroporto de Guarulhos na noite da segunda-feira. A empresa era suspeita de criar falsas operações de créditos, simulando empréstimos e

outros valores a receber.

A operação também causou o afastamento temporário do presidente do banco BRB, Paulo Henrique Costa, e do diretor de Finanças e Controladoria da instituição, Dario Oswaldo Garcia Junior, por decreto da Justiça.

O banco estatal do Distrito Federal havia anunciado em março deste ano a intenção de comprar o Master por R\$ 2 bilhões, porém, a operação foi não foi autorizada pelo Banco Central.

CVM torna réus chefe de gabinete de Ibaneis e governo do DF em processo que envolve BRB

JULIANA GARÇON/AE

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou réus o governo do Distrito Federal e a chefe de gabinete do governa-

dor Ibaneis Rocha, Juliana Monici, em um processo envolvendo o Banco de Brasília (BRB). Juliana responde na qualidade de membro do conselho fiscal do banco, cujo controle é detido

pelo governo do DF.

De acordo com o site da CVM, os dois já receberam a citação.

Os detalhes do caso não são públicos. Mas, neste ano, foi aber-

ta uma ação popular contra a nomeação de Monici para a cadeira de conselheira fiscal do banco porque haveria conflito de interesse e prejuízo à sua capacidade de fiscalizar os atos do banco.

Escolhido como liquidante do Banco Master já atuou em outros 8 casos

CÉLIA FROUFE
E CÍCERO COTRIM/AE

Eduardo Félix Bianchini foi escolhido pelo Banco Central como liquidante do Banco Master, que teve sua liquidação extrajudicial decretada na terça-feira passada, logo após a prisão de seu dono, Daniel Vorcaro. Quase sem pegadas nas redes sociais e sem conceder entrevistas à imprensa, ele deve se concentrar nos próximos anos em uma solução para a dissolução do banco. Antes de começar a trabalhar em processos do tipo, Bianchini foi servidor no BC por 39 anos, de 1973 até 2012.

Esta não é a primeira vez que Bianchini está à frente de um trabalho complexo de encerrar as atividades de uma instituição financeira, causando o menor dano possível a clientes e ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Desde 2012, quando se aposentou do BC, ele assumiu ao menos oito vezes o papel de liquidante ou interventor em processos determinados pelo regulador, sem contar o caso do Master:

- 2012 - intervenção no Banco BVA.
- 2015 - liquidação extrajudicial do Cruzeiro do Sul.
- 2015 - liquidação extrajudicial da Pioneer Corretora de Câmbio.

- 2017 - liquidação extrajudicial da S. Hayata Corretora de Câmbio
- 2018 - liquidação extrajudicial da Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.
- 2019 - liquidação extrajudicial da Um Investimentos Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
- 2020 - liquidação extrajudicial da Decasa Financeira.
- 2020 - liquidação extrajudicial da Uniletra Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.
- 2025 - liquidação extrajudicial do Banco Master, Banco Master de Investimento, Banco Letsbank, Master Corretora; Raet do Banco Master Múltiplo.

Oficialmente, uma empresa de Bianchini - a EFB, com nome composto pelas iniciais do ex-servidor do BC, seu único sócio-diretor - é a responsável pela liquidação do Master. Ela foi fundada em agosto de 2021. Tem capital social de R\$ 1 mil, e endereço em um apartamento de um prédio residencial no bairro de Higienópolis, em São Paulo, a apenas dois quarteirões do Parque Buenos Aires.

O BC decretou na manhã de terça-feira a liquidação de quatro empresas do conglomerado Master - Banco Master, Banco Master de Investimento, Banco

Letsbank, Master Corretora -, além da adoção do Regime Administrativo Especial Temporário (Raet) no Banco Master Múltiplo S.A. O dono do banco, Daniel Vorcaro, foi preso pela Polícia Federal na noite de segunda-feira, 17. Agora, Bianchini fica responsável por todas as empresas.

Quando foi escolhido para sanar as empresas do Grupo Cruzeiro do Sul, por exemplo, Bianchini substituiu Sérgio Rodrigues Prates, em 2013. Na época, o BC detectou um rombo contábil de R\$ 3,1 bilhões e 17 pessoas foram acusadas pelo Ministério Público Federal (MPF) de praticar crimes como gestão fraudulenta, caixa 2 e lavagem de dinheiro. De acordo com a denúncia na ocasião, o banco teria criado mais de 300 mil empréstimos consignados falsos para maquiar seus balanços e dar a impressão de que seus números eram bons. Na época, Bianchini era interventor do Banco BVA e foi sucedido por Isney Manoel Rodrigues.

Entre suas ações à frente do Cruzeiro do Sul, o liquidante determinou, por exemplo, que as carteiras de crédito da instituição passassem a ser administradas pelo Banco do Brasil. Na época, o Broadcast registrou que a escolha pela instituição pública foi pela experiência que o BB possuía com esse tipo de

operação. Também pesou o fato de o banco ser o que comprou a maior parte das carteiras do Cruzeiro do Sul, além de Caixa, Bradesco e os estatais Banrisul (Rio Grande do Sul) e Banestes (Espírito Santo). A maior parcela, porém, foi comprada pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), com uma fatia de 70%.

Antes da liquidação, houve uma tentativa de venda, que estava em negociação com o Santander, mas o prazo de vencimento de uma dívida externa de US\$ 1,5 bilhão do Cruzeiro do Sul fez com que não houvesse tempo hábil para que as conversas continuassem. No mesmo comunicado sobre a atuação no Cruzeiro do Sul, a autarquia anunciou também a liquidação do Banco Prosper, que tinha sido comprado pela instituição em dezembro de 2011. Até então, a empresa estava sob Regime de Administração Especial Temporária (Raet) desde 4 de junho do mesmo ano sob o comando do FGC.

A Justiça, que chegou a manter os controladores presos por um mês, denominou o caso como "uma das mais graves fraudes da história financeira brasileira" e a imprensa internacional chegou a classificá-lo como uma "história de terror". A operação foi encerrada em julho de 2015, com o liquidante pedindo a falência da instituição.

TELEFONIA

Anatel dá 30 dias para Vivo regularizar oferta de banda larga fixa

CIRCE BONATELLI/AE

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) notificou nesta quarta-feira, a Telefônica Brasil (dona da Vivo). A operadora terá 30 dias para regularizar suas ofertas de banda larga fixa, de acordo com o novo Regulamento Geral de Direitos do Consumidor (RGC), em vigor desde 1º de setembro.

A Vivo é a segunda maior operadora de banda larga fixa do Brasil, com 7,8 milhões de clientes, o equivalente a 14,6% de participação nesse mercado. Em primeiro está a Claro, com 10,5 milhões (19,6%), e em terceiro, a Nio (antiga Oi Fibra), com 3,9 milhões (7,3%).

A Vivo contestou a Anatel e defendeu que todas as suas ofertas são estruturadas em "estrita observância à legislação vigente". Entretanto, a Anatel comunicou que identificou três problemas principais que podem prejudicar a compreensão e os direitos dos consumidores.

No primeiro deles, a agência reguladora afirmou que falta transparência em relação ao bônus de velocidade da banda larga da Vivo. "As velocidades são compostas quase que totalmente por 'bônus' ao consumidor", declarou.

Na oferta 'Vivo Fibra 600 Mega', a Anatel apontou que a velocidade contratada na prática é de apenas 0,172 Mbps (menos de 1% dos 600 Mbps). Os 599,828 Mbps de velocidade restantes são ofertados como bônus, sujeitos a condições específicas. "Essa estratégia tem alto potencial de confundir e prejudicar a capacidade de escolha do consumidor, uma vez que não apresenta a velocidade efetivamente contratada, ferindo o princípio da transparência e da clareza nas ofertas", frisou a Anatel.

O segundo problema identificado foi a suspensão indevida do serviço de banda larga em caso de atraso no pagamento. Ou seja, a operadora prevê a retirada imediata do bônus em caso de atraso no pagamento, praticamente inviabilizando a utilização do serviço pelo consumidor, com a manutenção da cobrança em sua integralidade.

"A prática adotada pela empresa pode ser considerada uma suspensão parcial indevida, por não seguir as regras de notificação e por poder suspender o serviço antes do pra-

zo previsto em regulamento", apontou a agência.

Pela regra da Anatel, o serviço somente poderá ser suspenso por inadimplência após 15 dias contados da notificação ao consumidor, devendo ser mantidas todas as condições do contrato durante esse prazo.

O terceiro problema é a adesão "bonificada" e fidelização oculta dos clientes. Nesse caso, o consumidor paga uma taxa de adesão parcelada em 12 vezes, sendo isento do pagamento enquanto permanecer ativo na oferta. Caso haja cancelamento antes desse prazo, as parcelas restantes são cobradas, caracterizando, na prática, uma estratégia de fidelização disfarçada, na avaliação da agência.

É permitido que a prestadora disponibilize oferta que exija do consumidor um prazo de permanência mínima de até 12 meses, em contrapartida a benefícios devidamente descritos no contrato e na etiqueta-padrão. Neste caso, a oferta deve estar claramente identificada com as condições de fidelização.

DETERMINAÇÕES

A Anatel determinou à Vivo que a velocidade real contratada deve ser claramente informada em anúncios, contratos e etiquetas-padrão das ofertas, sem que bônus temporários ou condicionados sejam somados à velocidade principal do serviço.

A retirada de bônus ou suspensão do serviço só poderá ocorrer após aviso prévio e dentro dos prazos estabelecidos pelo regulamento, garantindo o direito à informação e à continuidade do serviço até o cumprimento dos requisitos previstos na regulamentação.

Além disso, a taxa de adesão parcelada, com isenção de cobrança condicionada à permanência na oferta, só será permitida se houver fidelização formal, com essa condição explicitamente destacada ao consumidor em todos os materiais de comunicação.

A Vivo deverá reformular todas as ofertas de banda larga fixa em até 30 dias e informar individualmente aos clientes que contrataram planos após 1º de setembro de 2025 sobre as alterações.

Além disso, deve garantir a suspensão de cobranças indevidas de multas ou taxas de adesão bonificada em caso de rescisão contratual.

Tangara Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
São convidados os Senhores Acionistas da **Tangara Energia S.A.** a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (“Companhia”), em primeira convocação, às 09h30, segunda convocação às 09:35 e terceira, e última, convocação às 09:40, do dia **01 de dezembro de 2025**, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre o aumento de capital da Companhia; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (iii) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro. *Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor.* (20, 22 e 24/11/2025)

Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.
CNPJ/MF nº 14.393.776/0001-23 – NIRE 33.300.322.914
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
São convidados os Senhores Acionistas da **Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.** a participarem das Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede da companhia, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, cidade e estado do Rio de Janeiro, em primeira convocação, às 09h00min, segunda convocação às 09h05min e terceira, e última, convocação às 09h10min, do dia **27 de novembro de 2025**, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) alterar o endereço de sede da Companhia; (ii) alterar o jornal das publicações legais da Companhia; (iii) consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro-RJ, 18 de novembro de 2025. *Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor.* (19, 20 e 22/11/2025)

RNBL I Energética S.A.
CNPJ/MF nº 48.173.752/0001-80 – NIRE 33.300.345.698
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
São convidados os Senhores Acionistas da **RNBL I Energética S.A.** a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, em primeira convocação, às 09h30, segunda convocação às 09:35 e terceira, e última, convocação às 09:40, do dia **27 de novembro de 2025**, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; (ii) alterar o endereço de sede da Companhia; (iii) alterar o jornal das publicações legais da Companhia; (iv) consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (v) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro-RJ, 18 de novembro de 2025. *Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor.* (19, 20 e 22/11/2025)

Uma atividade educacional envolvendo religião de matriz africana realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil (Emei) Antônio Bento, em Caxingui, zona oeste de São Paulo, gerou a revolta do pai de uma aluna de 4 anos de idade. No dia seguinte à reclamação do pai, policiais militares foram até a unidade educacional. Conforme relatos ouvidos pela reportagem, os agentes intimidaram a diretora da escola, que foi acusada de praticar cultos religiosos, e pediu afastamento do trabalho. No último dia 11, ao tomar conhecimento da tarefa, que consistia em desenhar o orixá Iansã a partir da leitura do livro Ciranda de Aruanda, o pai da aluna teria entrado na escola no final da tarde, no horário de saída das crianças, para tirar satisfação com a professora e com as gestoras da unidade por conta da atividade. Sem dar uma justificativa clara, o homem, que também é um militar da ativa, teria dito que era contrário a este tipo de tarefa e que não permitia

que a filha fosse submetida ao ensino religioso africano, sendo incisivo na queixa.

A obra usada para a realização do trabalho faz parte do acervo da Prefeitura, é adquirida pela administração municipal e está à disposição das unidades educacionais da cidade, explicou ao Estadão Raquel Macedo Urias, diretora regional de educação do Butantã. Raquel esteve presente na Emei na terça-feira passada, em conversas com a assistente de direção e com a coordenação da unidade.

De acordo com ela, as responsáveis pela escola teriam explicado ao pai que a atividade tinha caráter pedagógico, e que o trabalho consistia em promover uma educação antirracista às crianças. A diretora e a professora teriam chegado a convidá-lo para formalizar uma reclamação no livro de ocorrências e até para participar da reunião de conselho de escolas, agendada para o dia seguinte. O homem, no entanto, não teria demonstrado interesse.

De acordo com ela, as responsáveis pela escola teriam explicado ao pai que a atividade tinha caráter pedagógico, e que o trabalho consistia em promover uma educação antirracista às crianças. A diretora e a professora teriam chegado a convidá-lo para formalizar uma reclamação no livro de ocorrências e até para participar da reunião de conselho de escolas, agendada para o dia seguinte. O homem, no entanto, não teria demonstrado interesse.

“O Programa Rios Vivos reforça o compromisso do Estado com a gestão responsável dos nossos recursos naturais”, disse a diretora-presidente da SP Águas, Camila Viana. “O desassoreamento é uma etapa fundamental para ampliar a capacidade de vazão dos rios, reduzir riscos de enchentes e garantir maior segurança hídrica para a população. Cada trecho recuperado fortalece a resiliência dos nossos sistemas hídricos e prepara o Estado para enfrentar períodos de estiagem”.

O desassoreamento é uma das principais medidas de enfrentamento à escassez hídrica. Nos rios, ele aumenta a capacidade de escoamento da água, favorecendo o recebimento das contribuições dos mananciais. Nos reservatórios de abastecimento público, amplia o volume útil de armazenamento, garan-

O programa Rios Vivos atua em diversas regiões do Estado, promovendo ações de desas-

soreamento, limpeza e recuperação dos cursos d'água. Além disso, o programa melhora a fluidez e o escoamento superficial das águas, restaura as condições naturais da biodiversidade aquática, recupera o curso normal dos rios e aumenta a disponibilidade de água para irrigação em áreas agrícolas impactadas pelo assoreamento.

cam convocados os titulares Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 130ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. General Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 04511-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/ME nº 07 401.811.373/0001-99, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 130ª (Centésima Trigésima) Emissão, em Classe Única, em Série Única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela A.L.I. Entertainment Group S.A ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocatória, a realizar-se no dia 09 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será convocada por meio eletrônico, por e-mail, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes da data de realização da AGT, duas após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.3.7.2, subitem (ii), do Termo de Emissão Da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Série Única, Para Colocação Privada, Da A.L.I. Entertainment Group S.A. ("Termo de Emissão de Notas Comerciais"), em razão do cumprimento intempetivo da obrigação não pecuniária de protocolar e registrar a ata da Aprovação Societária da Devedora (conforme definido nos Documentos da Operação) na JUCESP, conforme previsto na Cláusula 3.1.1 do Termo de Emissão de Notas Comerciais; (ii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.3.7.2, subitem (ii) e Cláusula 8.1, subitem (ii), alínea (a) e (b) do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do cumprimento intempetivo da obrigação não pecuniária de envio das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Devedora referentes ao exercício social de 2024, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, bem como do envio das informações financeiras trimestrais da Devedora relativas aos trimestres encerrados em março e junho de 2025, sendo certo que ocorreu o descumprimento da obrigação de enviar declaração de seu Diretor em até 90 (noventa) dias corridos após o encerramento do exercício social de 2024 atestando (a) que permaneceu em conformidade com o disposto no artigo 173, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, e (b) que não houve o evento de vencimento antecipado e (c) inexistência de descumprimento de obrigações pela Devedora nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais. Caso aprovado o presente item, deliberar acerca da postergação da verificação dos Índices Financeiros, prevista na Cláusula 7.3.7.3 do Termo de Emissão de Notas Comerciais; (iii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.3.7.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do cumprimento intempetivo da obrigação não pecuniária de enviar cópia dos documentos societários registrados na Junta Comercial competente que demonstrem a conclusão da Reorganização Societária Permitida (conforme definidos nos Documentos da Operação), conforme previsto na Cláusula 8.1, subitem (xxvii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais; (iv) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.3.7.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do cumprimento intempetivo da obrigação não pecuniária de enviar cópia dos documentos pertinentes que demonstrem a conclusão do procedimento de aquisição da SDM, conforme previsto na Cláusula 8.1, subitem (xxviii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais; (v) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.3.7.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (vi) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.3.7.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de registrar a ata da Reunião de Sócios da Aliante 2 (conforme definido nos Documentos da Operação), conforme previsto no Considerandos (vii) do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (viii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (ix) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (x) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xi) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xiii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xiv) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xv) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xvi) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xvii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xviii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xix) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xx) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xxi) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xxii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xxiii) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da Securitizadora, conforme previsto nas Cláusulas 6.11 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora; (xxiv) Aprovar a concessão de waiver para não caracterizar Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de outorgar a procuração prevista no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Devedora") em favor da

ENSINO MÉDIO

Estudantes matriculados na 3ª série do Ensino Médio e que prestaram o Provão Paulista Seriado neste ano, de olho nas mais de 15 mil vagas na USP (Universidade de São Paulo), Unesp (Universidade Estadual Paulista), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo) e Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo) têm até o dia 28 de novembro para definir no portal do Provão quatro cursos de preferência entre os oferecidos no primeiro semestre de 2026. Esse registro é obrigatório para que, diante dos resultados do “vestibular paulista”, os estudantes sejam classificados para o curso de preferência.

O trabalho não começou agora, foi uma longa caminhada até a Escola Estadual Professor José Augusto de Oliveira alcançar 100% dos registros de preferência de seus alunos. Localizada

Ao longo do ano letivo, a instituição promoveu diversas atividades para estimular e incentivar, mostrando a oportunidade de ingresso em uma universidade pública, além de orientação sobre a importância da escolha consciente do curso. Foram realizadas atividades como estudo do edital do Prova® Paulista nas aulas; atividades na plataforma Prepara SP, que oferece simulados para os vestibulandos; testes vocacionais e or-

Nos últimos meses, a escola também promoveu eventos como a Mostra de Ciências, a Mostra Cultural e a Feira de Profissões, em parceria com instituições de ensino superior públi-

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária. Pelo presente edital, Maria Abreu do Valle, n.^a 07698-1, na forma da Lei 6.404/74 e do art. 31 do Estatuto Social da Companhia, convoca os demais membros da Diretoria Administrativa para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária à realização da seguinte ordem do dia no dia 04 de dezembro de 2025, às 11:00, na sede da Companhia. A ORDEM DO DIA será (i) a ratificação do Conselho Fiscal da companhia, com a imediata nomeação dos membros efetivos e suplentes do referido Conselho; (ii) a remuneração dos membros, caso seja aplicada; (iii) o tempo para execução dos trabalhos aludidos nos itens que devem ser apurados e (iv) outros assuntos de interesse geral da Companhia.

São Paulo, 18/11/2025.

Maria Abreu do Valle.

ATA DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 101ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 101ª Emissão da Canal Companhia de Securitização e Securitização, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida da Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, sã Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o "CNPJ/ME") sob o nº 01.811.375-00/19, neste ato representada nos autos do seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o **Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 101ª Emissão da Série Única, da Canal Companhia de Securitização** ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 23 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2023, às 14h, nos autos, doravante, em digital, inscribed no link <https://www.sosdovtm.com.br/agente-fiduciario>, para a realização da Assembleia Especial, a ser realizada por meio de teleconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após divulgação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem de Dia: (i) Aprovar a alteração da Conta Vinculada (conforme definida nos Documentos da Operação), que passará a corresponder às contas correntes nº 00105936-1, 00105951-1, 00105941-1, 00105935-4 e 00105933-2, todas mantidas na agência 0001 da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (código 310); (ii) Aprovar a alteração do Cronograma de Amortização Programada e Pagamento da Remuneração dos CRI, constante no Anexo I ao Termo de Securitização, que passará a vigorar nos termos do Anexo II à ata de assembleia; (iii) Aprovar a alteração das Datas de Amortização Ordinária do Vórtx Nominal Unitário e Pagamento da Remuneração, constantes no Anexo IV ao Termo de Emissão de Notas Comerciais, com Garantia Fiduciária, com Garantia Adicional Real, em 58 dias úteis, para Colocação Privada, da AB Dodytech Participações S.A. ("Termo de Emissão"), que passará a vigorar nos termos do Anexo III à ata de assembleia; e (iv) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrar todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Especial, para que possam ser anexados ao sistema de autenticação, com cópia para e-mail cri@canalsocrit.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial". CRI BODYTECH 011, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) Quando pessoa jurídica: a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: a) último regulamento consolidado; b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; d) documentos sociais comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos seus atos tenha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se disponíveis dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsocrit.com.br>); nas páginas do Agente Fiduciário (<https://www.sosdovtm.com.br/agente-fiduciario/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.cvm.gov.br>) - Sistema (SISRENET), bem como na base da Securitizadora, os documentos necessários para a realização da Assembleia Especial, bem como os dados de acesso ao sistema de autenticação de documentos, a autenticação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 20 de dezembro de 2025

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA CLASSE SÊNIOR E DA CLASSE SUBORDINADA DA 132ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da série única da classe sênior e da classe subordinada da 132ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.941.278/0001-00, inscrita no CEP nº 151.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/ME) sob o nº 41.111.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente, em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Da Série Única Da Classe Sênior E Da Classe Subordinada Da 132ª (Centésima Trigésima Segunda) Emissão de Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Lotus Towels Empreendimentos Imobiliários E Participações Ltda. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 1.000/2019 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e do Conselho Administrativo de Recursos do CRI (AGT), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a alteração do Prêmio de Amortização ou Resgate de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da Classe Sênior e da Classe Subordinada da 132ª Emissão do CRI (Primeira Emissão De Notas Comerciais com Garantia Real, com Garantia Fiduciária Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Lotus Towel Empreendimentos Imobiliários E Participações Ltda. ("Termo de Emissão de Notas Comerciais"), que passará a vigorar conforme redação abaixo:

$1,25 \times SD_{t-1} \times \sum_{i=1}^n PMTi - Sd(t) \times \% \text{Amortizado}$

Sendo:

SD_{t-1} = o valor da emissão dos CRI Subordinados;

$\sum_{i=1}^n PMTi$ = o somatório dos valores pagos pela Emissora aos Titulares de CRI que sejam titulares de CRI Subordinados em decorrência do presente Termo de Securitização até a data do Resgate Antecipado Obrigatório;

$Sd(t)$ = saldo devedor dos CRI Subordinados na data do Resgate Antecipado Obrigatório; e

$\% \text{Amortizado}$ = o (percentual) do saldo de emissão amortizado no evento que engatilhar o prêmio.

(ii) Aprovar a alteração do prazo necessário para o envio de solicitação por escrito para a realização de amortização extraordinária das Notas Comerciais, previsto na Cláusula 4.1 do Termo de Securitização e na Cláusula 5.1 do Termo de Emissão de Notas Comerciais, que passará a ser 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de amortização; e

(iii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail atfeassembleias@oliveirainvest.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto: "documentos para AGT - CRI LOTUS 1312", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) documentos para AGT - cópia digitalizada de identidade com foto; b, quando pessoa jurídica: (a) (Ata estatutária, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c quando Fundos de Investimentos: a) último regulamento consolidado; b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares do CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e a Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem lábia, bem como as informações referentes ao envio dos documentos comprobatórios de representação e demais Instruções e Formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos aqui utilizados em letras maiúsculas e onde não definidos terão significação a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 20 de novembro de 2025. **Amanda Regina Martins Ribeiro** - Diretora de Securitização

APOIO EMOCIONAL

STF suspende lei sobre transporte aéreo de animais

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter a suspensão da lei do estado do Rio de Janeiro que regulamentou o transporte de animais de apoio emocional na cabine de voos nacionais e internacionais que decolam ou pousam nos aeroportos do estado. O plenário confirmou a liminar do ministro André Mendonça, que, em novembro do ano passado, determinou a suspen-

são da Lei Estadual 10.489 de 2024. O ministro atendeu ao pedido da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e entendeu que somente o Congresso pode aprovar regras sobre o transporte aéreo de passageiros. Na sessão de ontem, os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Edson Fachin também consideraram a lei inconstitucional.

ENTENDA

A lei fluminense definiu que

as companhias aéreas devem transportar de forma gratuita animais de assistência emocional, como cães e gatos. A norma também definiu que as aéreas podem recusar o embarque de animais que não podem ser acomodados na cabine em razão do peso, raça ou tamanho. Elas também não são obrigadas a aceitar répteis, aranhas e roedores.

COMO É HOJE

Atualmente, o transporte de animais de apoio emocional de-

pende de cada companhia aérea, portanto, não é obrigatório. O serviço é pago. De acordo com regras da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), as companhias podem negar o transporte de animal de estimação ou de assistência emocional por falta de espaço na aeronave ou em situações que gerem riscos à segurança do voo. No caso de cães-guia, utilizados por pessoas com deficiência visual, o transporte aéreo já é permitido em todo o país e é gratuito.

MAGÉ

BR-116: carreta derruba passarela e motorista de carro morre esmagado

EDERSON HISING/AE

O motorista de um carro morreu na manhã de ontem, depois que o veículo foi atingido por uma passarela de pedestres derrubada por uma carreta na BR-116, em Magé (RJ), de acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O condutor da carreta ficou ferido e foi levado para um hospital da cidade. O acidente aconteceu por volta das 9h30, na altura do km 124 da rodovia. Segundo a concessionária Ecovias Rio Minas, que administra o trecho, a caçamba da carreta levantou e atingiu a passarela. A

estrutura cedeu nos dois sentidos da rodovia. O tráfego chegou a ficar totalmente interditado no trecho da rodovia após o acidente. Por volta das 10h50, a concessionária fez uma abertura provisória pelas laterais da via. A perícia foi acionada até o local e chegou no fim da manhã desta quarta-feira. Por volta das 11h30, um guindaste estava no trecho do acidente para fazer a retirada da estrutura da passarela. Conforme a concessionária, a estrutura foi colocada no canteiro central da rodovia. No início da tarde, o guincho trabalhava para retirar a carreta da rodovia.

CODIN

RJ promove seminário sobre os avanços da ZPE do Açu no Rio

A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) promoverá, no dia 27 de novembro, o seminário “ZPE do Açu: Avanços e Oportunidades”, reunindo especialistas e representantes dos governos federal, estadual e municipal para debater os progressos e as perspectivas da implantação da Zona de Processamento de Exportação do Açu. O encontro será realizado às 17h, na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), e integra a agenda do Governo do Estado voltada ao fortalecimento da competitividade e à ampliação das oportunidades para a indústria fluminense. “O projeto da ZPE do Açu é estratégico para o desenvolvi-

mento do Rio de Janeiro e apresenta um passo importante na modernização e integração da nossa estrutura produtiva”, afirma o presidente da Codin, Fábio Picanço. As inscrições para o seminário são gratuitas e podem ser realizadas pelo link <https://forms.gle/F21qY1LnXTDbZeZ9> ou pelo portal da Companhia: www.codin.rj.gov.br. Prevista para o município de São João da Barra, a ZPE do Açu está inserida em um ambiente de negócios com infraestrutura portuária, retroárea industrial e conexões logísticas de grande capacidade, fatores que ampliam o potencial de escala produtiva e integração com mercados globais.

JACAREZINHO

Curso de promoção da saúde antirracista capacita profissionais

No Centro Municipal de Saúde (CMS) Renato Rocco, no Jacarezinho, um curso de promoção da saúde antirracista mobilizou a comunidade ao redor durante o ano de 2025. Em parceria com a Fiocruz, a iniciativa tem o objetivo de levar conhecimento sobre os direitos à saúde da população negra e qualificar ainda mais o atendimento local. Aberto para os profissionais de saúde e usuários da unidade, o curso é dividido em três ciclos temáticos, teve início em abril e se encerrou há duas semanas, no mês em que se comemora o Dia da Consciência Negra (20 de novembro). As aulas abordam conteúdos educacionais de valorização da população negra e propõem um debate entre os participantes. Ao longo dos estudos, os alunos relembram movimentos históricos, conceitos de raça e igualdade. Da teoria à prática, o propósito é adquirir conhecimento e unir o público na luta antirracista. Trabalhando no CMS Renato Rocco há mais de 14 anos, a agente comunitária de saúde (ACS) Priscila Barros participou de um curso antirracista na Fiocruz e, inspirada no que aprendeu por lá, propôs esse ambiente de ensino na sua própria unidade, com apoio da instituição federal. “O curso ajudou a humanizar o olhar dos nossos profissionais, porque precisamos al-

cançar a camada mais vulnerável de quem não acessa a saúde, como pessoas em situação de rua, que são majoritariamente negras e pardas. Então, se temos profissionais humanizados e com consciência racial, conseguimos ir até este público”, contou a ACS Priscila Barros. A diretora do CMS Renato Rocco, Ana Cláudia Lemos, aprovou a proposta da ACS e proporcionou os meios para a implantação do curso na unidade: “O primeiro ciclo do curso é focado em saúde da população negra, então, nós falamos sobre tuberculose, que é uma doença estigmatizada e mais frequente em negros. Também abordamos violência obstétrica, a falta de acesso à informação sobre planejamento familiar, que é um direito à saúde e foi limitado para população negra durante a história”, contou Ana Cláudia. Quem esteve na classe foi a nutricionista Kelly Gonzaga. A alimentação balanceada foi um dos assuntos de destaque no curso. Mas o que ela evidencia é a mudança perpetuada para os integrantes: “As pessoas começaram a entender melhor sua identidade cultural. E nós, profissionais da saúde, debatemos amplamente sobre o racismo. Essa foi uma contribuição que o curso trouxe para gente”, disse a nutricionista.

Polícia combate Comando Vermelho na Vila Kennedy, na Zona Oeste

As polícias do Rio de Janeiro fazem nesta quarta-feira mais uma operação contra a facção Comando Vermelho, desta vez na Vila Kennedy, bairro da Zona Oeste da cidade. Até as 10h30, 16 pessoas foram presas e outras duas foram mortas pelos agentes. De acordo com o governo do estado, também foi feita a

apreensão de dois fuzis, uma pistola e grande quantidade de entorpecentes. Durante a incursão pela comunidade, policiais vistoriaram uma escola municipal e encontraram uma sacola com drogas e outros materiais que seriam de integrantes de uma facção. De acordo com a Secretaria

Municipal de Educação, o material estava em uma área desativada dentro do terreno da escola, fechada por causa da operação. Aulas suspensas Outras 15 unidades escolares da região também tiveram o funcionamento afetado pela ação policial. Além disso, duas

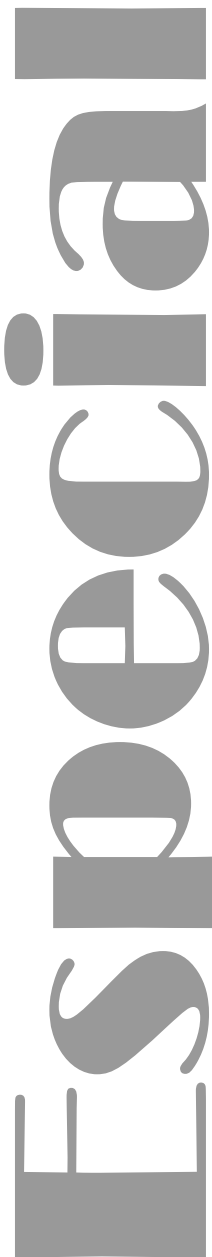
unidades de saúde suspenderam as atividades. A ação de ontem é uma continuidade da Operação Contenção, realizada no dia 28 de outubro, que se tornou a mais letal da história, com 121 mortos. Nessa terça-feira (18), outra ação subsequente foi realizada.

Economia circular com justiça social: MMA lança guia para cidades durante a COP30

POR BÁRBARA SOUZA

Em Belém (PA), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) apresentou o **Guia de economia circular inclusiva para cidades e regiões**, uma publicação destinada a apoiar prefeituras no planejamento de projetos que privilegiem o reuso e a reutilização de recursos e materiais, em vez do modelo linear de produção, extração e descarte. Essa iniciativa, lançada durante a COP30, marca um avanço estratégico na mobilização de políticas públicas locais com foco sustentável. O guia surge como resposta a uma “demanda histórica”, segundo o secretário nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, Adalberto Maluf. De acordo com ele, a Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR) funciona como um “motor de investimentos” e, até o final de outubro, havia atraído 952 projetos de reciclagem com pedidos que somavam R\$ 2,2 bilhões. Para Maluf, a transformação de uma economia linear para uma circular “gera muitas oportunidades, cria empregos e é benéfica do ponto de vista econômico, social e ambiental”. A participação ativa de cooperativas de catadores, que são frequentemente invisibilizadas, reforça esse ponto: ao inserir esses atores no ciclo da economia circular, o governo busca não só reduzir a poluição, mas também reforçar a dignidade social por meio do trabalho formalizado e da remuneração justa. Além disso, o secretário destacou a retomada de programas como o Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular, voltado à estruturação, capacitação e valorização do trabalho dos catadores no Brasil. Ele também citou iniciativas mais amplas, como a Estratégia Nacional de Economia Circular e a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico

(ENOP), que reforçam o compromisso do governo com políticas sustentáveis integradas. O lançamento do guia na última semana contou com representantes de organizações da sociedade civil, do movimento dos catadores, de governos federal e municipal. A economia circular, conforme definida em documentos oficiais do MMA, baseia-se em princípios que vão além da simples reciclagem: envolve desde o design de produtos para durabilidade e reparo, até a recuperação de valor por meio de remanufatura, reuso e reciclagem, sempre guiada pela inclusão social. Esse modelo reforça a ideia de que o desenvolvimento sustentável não precisa sacrificar a justiça social, mas pode integrá-la. O guia do MMA, portanto, não funciona apenas como um manual técnico: ele representa um instrumento que pode articular recursos públicos e privados. Em um momento como a COP30, quando o debate sobre clima ganha escala global, essa aposta na economia circular inclusiva demonstra que ações concretas podem nascer na governança municipal, com impacto social e ambiental duradouro. Se bem implementado, o guia tem potencial para acelerar projetos que transformem a maneira como cidades lidam com resíduos, reforçando a inserção produtiva de catadores e criando empregos verdes. É um passo importante para que a circularidade não seja apenas uma meta ambiental, mas também um caminho de justiça social.



ESTUDO

OMS: 840 milhões de mulheres no mundo foram alvo de violência

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Quase um em cada três mulheres – cerca de 840 milhões em todo o mundo – já sofreu algum episódio de violência doméstica ou sexual ao longo da vida. O dado, divulgado ontem pela Organização Mundial da Saúde (OMS), praticamente não mudou desde o ano 2000.

Apenas nos últimos 12 meses, 316 milhões de mulheres – 11% delas com 15 anos ou mais – foram vítimas de violência física ou sexual praticada pelo parceiro. “O progresso na redução da violência por parceiro íntimo tem sido dolorosamente lento, com uma queda anual de apenas 0,2% nas últimas duas décadas”, destacou a OMS.

Pela primeira vez, o relatório inclui estimativas nacionais e regionais de violência sexual praticada por alguém que não seja o parceiro. É o caso de 263 milhões de mulheres com 15 anos ou mais. “Um número que, segundo especialistas, é significativamente subnotificado devido ao estigma e ao medo”, alertou a OMS.

“A violência contra mulheres é uma das injustiças mais antigas e disseminadas da humanidade e, ainda assim, uma das menos combatidas”, avaliou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

“Nenhuma sociedade pode se considerar justa, segura ou saudável enquanto metade de sua população vive com medo”, completou, ao citar que acabar com a violência sexual contra mulheres não é apenas uma questão política, mas de dignidade, igualdade e direitos humanos.

“Por trás de cada estatística, há uma mulher ou menina cuja vida foi alterada para sempre. Empoderar mulheres e meninas não é opcional, é um pré-requisito para a paz, o desenvolvimento e a saúde. Um mundo mais seguro para as mulheres é um mundo melhor para todos”, concluiu Tedros.

RISCOS

A OMS alerta que mulheres vítimas de violência enfrentam gestações indesejadas, maior risco de contrair infec-

ções sexualmente transmissíveis e depressão. “Os serviços de saúde sexual e reprodutiva são um importante ponto de entrada para que as sobreviventes recebam o atendimento de alta qualidade de que precisam”.

O relatório destaca ainda que a violência contra mulheres começa cedo, e os riscos persistem ao longo da vida. Ao longo dos últimos 12 meses, 12,5 milhões de adolescentes com idade entre 15 e 19 anos (16% do total) sofreram violência física e/ou sexual praticada pelo parceiro.

“Embora a violência ocorra em todos os países, mulheres em países menos desenvolvidos, afetados por conflitos e vulneráveis às mudanças climáticas são afetadas de forma desproporcional”, ressaltou a OMS.

A Oceania, por exemplo, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, registrou uma taxa de prevalência de 38% de violência praticada por parceiro ao longo do último ano – mais de três vezes a média global, de 11%.

APELO À AÇÃO

Segundo o relatório, mais países coletam dados para fundamentar políticas públicas de combate à violência contra a mulher, mas ainda existem lacunas significativas – sobretudo em relação à violência sexual praticada por pessoas que não são parceiros íntimos, e a grupos marginalizados como mulheres indígenas, migrantes e com deficiência.

Para acelerar o progresso global e gerar mudanças significativas na vida de mulheres e meninas afetadas pela violência, o documento apela para ações governamentais decisivas e financiamento com o objetivo de:

- Ampliar programas de prevenção baseados em evidências;
- Fortalecer serviços de saúde, jurídicos e sociais centrados nas sobreviventes;
- Investir em sistemas de dados para monitorar o progresso e alcançar grupos mais vulneráveis;
- Garantir a aplicação de leis e políticas que empoderem mulheres e meninas.

SEM DATA

STF exclui julgamento sobre 'uberização' da pauta da Corte



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin **(foto)**, excluiu do calendário da Corte o julgamento que trata sobre a chamada “uberização”. O início estava previsto para o dia 3 de dezembro e ainda não foi marcada uma nova data.

A discussão é sobre a existência de vínculo empregatício de motoristas de aplicativo com as plataformas. O julgamento, que tem repercussão geral, deve definir as balizas

para a análise de todos os casos que tratam sobre a temática na Justiça.

A Corte vai discutir o tema por meio de um recurso da Uber contra decisão da Justiça do Trabalho que entendeu que a relação de um motorista com a plataforma cumpria os requisitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reconhecendo o vínculo de emprego e determinando o pagamento de encargos trabalhistas. A empresa responde a cerca de 21 mil processos sobre o tema na Justiça do Trabalho.

PL ANTIFACÇÃO

Relator no Senado promete manter recursos da PF

LUCAS PORDEUS LEÓN/A BRASIL

Indicado para relatar o projeto de lei (PL) Antifacção no Senado, o senador Alessandro Vieira **(foto)** informou à Agência Brasil, ontem, que seu relatório não permitirá que a Polícia Federal (PF) perca recursos, apesar de avaliar que o texto aprovado na Câmara está “adequado quanto ao mérito”.

“Vamos verificar o formato, mas a gente já antecipa que não terá nenhum tipo de redução no financiamento da Polícia Federal, que é fundamental para o Brasil.”

Aprovado na Câmara dos Deputados, o substitutivo apresentado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) sofreu críticas do governo federal por, entre outros motivos, alterar os critérios para distribuição dos recursos apreendidos do crime organizado, o que, segundo o governo, tira recursos da PF.

O relator do PL Antifacção no Senado avalia, porém, que o texto que veio da Câmara está adequado e que possíveis mudanças devem ser feitas para ajustar a “forma do projeto”.

“É para verificar ajustes de forma; no mérito, ele está adequado ao que o colegiado, aqui no Senado, entende de endurecimento penal, endurecimento na execução das penas, mas é preciso ter um cuidado e uma verificação mais apurada no tocante à forma e à constitucionalidade de alguns pontos”, afirmou o senador.

Alessandro Vieira informou que o Senado vai realizar uma audiência pública, na próxima semana, para discutir o projeto;



ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Em seguida, o texto será relatado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário da Casa. Se sofrer alterações, o PL volta para nova análise na Câmara.

Enviado pelo Executivo ao Parlamento, o PL sofreu diversas alterações na Câmara. Entre outras mudanças, o projeto de lei aumenta as penas para membros de facção ou milícia para 20 a 40 anos, podendo chegar a 66 anos para os líderes das organizações criminosas.

O texto aprovado na Câmara determina ainda que membro de facção deve cumprir, no mínimo, 85% da pena para progressão de regime e proíbe gra-

ça, anistia, indulto ou liberdade condicional para membros dessas organizações.

PROTEGER O DEBATE

Vieira foi escolhido relator do PL Antifacção pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A opção pelo senador sergipano, segundo Alcolumbre, se deu para “proteger” o debate sobre o tema na Casa.

“Eu gostaria de proteger esse projeto do debate que nós estamos vivenciando, infelizmente, na Câmara dos Deputados, entre situação e oposição. E proteger esse projeto, proteger esse relatório é defender verdadeiramente os brasileiros”, justificou.

Lula critica texto do PL Antifacção da Câmara e pede diálogo no Senado

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o texto do projeto de lei de combate às facções criminosas aprovado pela Câmara “enfraquece” o enfrentamento ao crime organizado e “gera insegurança jurídica”.

Essa foi a primeira manifestação do presidente após a Câmara ter aprovado, por 370 votos a 110, o projeto de lei enviado pelo próprio governo ao Congresso. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), escolheu como relator o deputa-

do Guilherme Derrite (PP-SP), licenciado do cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo no governo de Tarcísio de Freitas.

Derrite fez uma série de mudanças no texto e desagradou ao governo, que cobrou, desde a semana passada, alterações no texto. Todos os deputados do PT presentes votaram contra o texto.

“Precisamos de leis firmes e seguras para combater o crime organizado. O projeto aprovado ontem pela Câmara alterou pontos centrais do PL Antifacção que nosso governo apresentou. Do

jeito que está, enfraquece o combate ao crime e gera insegurança jurídica. Trocar o certo pelo duvidoso só favorece quem quer escapar da lei”, disse o presidente em sua conta no X.

Lula pediu ao Senado que tenha “o diálogo e a responsabilidade na análise do projeto”, indicando que um caminho para o governo seja alterar o texto na Casa Alta do Congresso. O relator será o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), conforme anunciado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

“O compromisso do Governo do Brasil é com uma agenda legislativa que fortaleça as ações da Polícia Federal, garanta maior integração entre as forças de segurança e amplie o trabalho de inteligência para enfrentar as facções nos territórios onde elas tentam se impor, mas especialmente para atingir as estruturas de comando que sustentam e financiam seus crimes”, declarou.

O presidente disse que o governo está “do lado do povo brasileiro” e que não abrirá mão de “combater de verdade toda a cadeia do crime organizado”.

INSTITUTO TECNOLÓGICO

Primeira unidade inteligente do SUS será no hospital da USP

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O primeiro Instituto Tecnológico de Emergência do país, o hospital inteligente do Sistema Único de Saúde (SUS), será construído no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP). Segundo o Ministério da Saúde, a iniciativa poderá reduzir o tempo de espera na emergência em 25%, com atendimento passando de uma média de 120 minutos para 90 minutos.

O investimento para essa unidade, de R\$ 1,7 bilhão, será garantido a partir de uma cooperação com o Banco do BRICS, que fará a avaliação final da documentação protocolada pelo ministério. A previsão é que a unidade entre em funcionamento em 2029.

Para a implantação do hospital, o governo federal assinou acordo de cooperação técnica (ACT) com o HC e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, que cederá o terreno para a unidade. Esse era o último documento para a conclusão do pedido de financiamento junto ao banco.

A unidade faz parte da Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes e Medicina de Alta Precisão do SUS, lançada pela pasta para modernizar a assistência hospitalar no país. A gestão da unidade e a operação serão de responsabilidade do HC, com custeio compartilhado entre o Ministério da Saúde e a secretaria de saúde do estado de São Paulo.

“Com o hospital inteligente, estamos trazendo para o Brasil aquilo que tem de mais inovador

no uso da inteligência artificial, tecnologia de dispositivos médicos e da gestão integrada de dados para cuidar das pessoas e salvar vidas. Estamos tendo a chance de inovar a rede pública de saúde, e o melhor de tudo, 100% SUS. Além do primeiro hospital inteligente, também vamos expandir a rede para 13 estados com UTIs que contarão com a mesma tecnologia”, destacou Alexandre Padilha, em evento de apresentação do projeto, ontem.

MODERNIZAÇÃO

Além da redução do tempo de espera por atendimento no pronto-socorro, o ministério afirmou que a expectativa é que o hospital acelere o acesso a UTIs, reduza o tempo médio de internação e aumente o número de atendimentos. Isso porque a unidade será totalmente digital,

com uso de inteligência artificial, telemedicina e conectividade integrada.

“O tempo em que pacientes clínicos ficam na UTI, por exemplo, passa de uma média de 48 horas para 24 horas, e o tempo de enfermagem passa de 48 horas para 36 horas. Com a integração dos sistemas será possível também reduzir custos operacionais em até 10%”, disse a pasta, em nota.

O hospital terá capacidade anual para atender 180 mil pacientes de emergência e terapia intensiva, 10 mil em neurologia e neurocirurgia e 60 mil consultas ambulatoriais de neurologia. Segundo o governo federal, a estrutura seguirá os padrões internacionais de sustentabilidade, com certificação verde e sistemas de acompanhamento de consumo energético, água e resíduos.

CLIMA

Helder entrega a Lula carta para por estados na agenda

RENAN MONTEIRO, KARLA SPOTORNO E PAUTA FERREIRA/AE

O governador do Pará, Helder Barbalho, entregou ontem uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto com Helder**), com a assinatura dos 27 Estados do Brasil, para que a participação efetiva e o envolvimento dos entes subnacionais sejam reconhecidos nos resultados das negociações multilaterais da COP30. O grupo quer a materialização desse reconhecimento nos textos finais da Conferência.

Helder mencionou, especificamente, as responsabilidades dos Estados e dos governos locais na implementação das agendas de resiliência, de adaptação e de outras soluções sustentáveis para cumprir as metas climáticas do Brasil. Em Belém desde 10h50 da manhã, Lula teve um encontro com o setor produtivo e entes subnacionais.

Participaram, pelo lado da administração pública, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, o ministro das Cidades, Jader Filho, o governador Helder Barbalho,



RICARDO STUCKERT/PR

o presidente da COP30, Embaixador André Aranha Corrêa do Lago.

O governador do Pará também disse, após o encontro, que o embaixador Corrêa do Lago sinalizou para os ajustes finais nos textos da negociação. "Há uma expectativa muito otimista de que até amanhã, no final do dia, nós possamos ter um encerramento oficial do evento com resultados efetivos sob o aspec-

to da redação final do documento", pontuou.

O chefe do Executivo paraense também reforçou que o presidente Lula continuará "dialogando para conseguir novos anúncios de parcerias de financiamento", em referência ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). Helder falou, inclusive, que a Alemanha poderá anunciar o valor antes do fim da COP30 em Belém, previs-

to para 21 de novembro.

"Ele (Lula) sinalizou que, até o final da COP, devem fazer novos anúncios, que estão em fase de concretude, inclusive com a Alemanha. E um outro ponto é de que ele vai à África e lá deve continuar este trabalho, esta tratativa para arregimentar mais investimentos e adesões para a agenda que o Brasil está propondo", afirmou o governador do Pará.

SENADO

CPI do Crime Organizado começa a ouvir governadores em dezembro

VERÔNICA DAMINELLI/AE

A CPI do Crime Organizado no Senado começará a ouvir governadores e secretários de Segurança Pública na primeira semana de dezembro, conforme anunciou o presidente do colegiado, senador Fabiano Contarato (PT-ES), ontem. Ao todo, 22 autoridades de 11 unidades da Federação foram convidadas, com requerimentos aprovados por unanimidade no início dos trabalhos. A ordem das oitivas ainda será definida por Contarato e pelo relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que pretendem aprofundar o diagnóstico sobre o avanço das facções criminosas e a atuação dos estados no enfrenta-

mento à violência.

O tema da segurança pública ganhou novo fôlego após a megaoperação realizada no final de outubro nos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, que resultou em 121 mortes e reacendeu o debate nacional sobre combate ao crime organizado. A instalação da CPI ocorreu justamente na esteira das críticas à condução da operação e da pressão por respostas estruturais. Na terça-feira, 18, os governadores Cláudio Castro (PL-RJ) e Ronaldo Caiado (União-GO) estiveram em Brasília para acompanhar na Câmara a tramitação do chamado "PL Antifacção".

Nas primeiras sessões, o colegiado já ouviu o diretor-geral

da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, que defendeu que o crime organizado não seja equiparado ao terrorismo, e o diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais, Antônio Glautter de Azevedo Moraes. Em seus depoimentos, foram abordados temas como o déficit carcerário e a falta de padronização entre os sistemas prisionais estaduais. Contarato classificou como "inadmissível" a existência de uma "justiça paralela" operada por facções dentro das penitenciárias, já que ordens criminosas muitas vezes circulam com mais rapidez que informações oficiais.

Entre os convidados para as próximas audiências estão os

governadores Clécio Luís (AP), Jerônimo Rodrigues (BA), Raquel Lyra (PE), Elmano de Freitas (CE), Paulo Dantas (AL), Jorginho Melo (SC), Ratinho Júnior (PR), Eduardo Leite (RS), Ibaneis Rocha (DF), Cláudio Castro (RJ) e Tarcísio de Freitas (SP), além de seus respectivos secretários de Segurança Pública. Segundo Contarato, a fragmentação entre Estados, cada um com métodos e estruturas distintas, favorece a articulação nacional das facções. A CPI seguirá ouvindo autoridades nas próximas semanas, com expectativa de consolidar propostas para fortalecer a coordenação entre os entes federativos e enfrentar a expansão do crime organizado no País.

CADASTRO BIOMÉTRICO

Governo estende prazo para beneficiários de programas sociais

FLÁVIA SAID/AE

O governo federal anunciou ontem, uma extensão do prazo para beneficiários de programas sociais fazerem o cadastro biométrico. Em julho deste ano, foi assinado um decreto que regulamenta o uso da biometria na concessão, renovação e manutenção de benefícios da seguridade social. O decreto estipulou um prazo de 120 dias para que a obrigatoriedade entre em vigor, prazo que venceria amanhã.

Agora, o governo definiu um calendário gradual para esses registros biométricos serem feitos. Estão na lista de programas o Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios previdenciários, salário-maternidade, seguro-desemprego, pensão por morte, abono salarial, Bolsa Família e benefício por incapacidade temporária.

Os beneficiários dos maiores programas (em termos de volume de pagamento), BPC e Previdência, terão que se adequar imediatamente, ou seja, a exigência será a partir de 21 de no-

vembro de 2025.

Já para o Bolsa Família e os demais benefícios, a obrigação de cadastro biométrico será a partir de 1º de maio de 2026. "O prazo é suficiente para que todo mundo possa cadastrar o seu benefício", disse a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Excluídos BPC e Previdência, o calendário gradual será o seguinte:

A partir de 1º de maio de 2026: quem não tem biometria cadastrada e for pedir um novo benefício, precisará ter a nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) - que será a base principal para o cadastro biométrico. Para quem já tem biometria cadastrada em alguma base, esse cadastro continuará válido para novos pedidos e renovação.

A partir de 1º de janeiro de 2027: beneficiários precisarão ter alguma biometria tanto para renovação, como para novas concessões. O cadastro poderá ser feito por meio de qualquer base biométrica - CIN, Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

ou coleta biométrica junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir de 1º de janeiro de 2028: todos precisarão ter a CIN para pedir um novo benefício ou para manter ou renovar um benefício existente.

Após ser notificado, o beneficiário não terá o benefício cessado automaticamente, e será dado um prazo para adequação dos cadastros.

IMPACTO FISCAL

A ministra Esther Dweck disse que o impacto fiscal já está calculado pelo governo, mas não informou o montante. Segundo ela, o dado será divulgado em 21 de novembro, com a publicação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre.

Ela defendeu que a mudança "não é bem um adiamento". "O nosso objetivo não é economizar em cima de quem tem direito", sustentou. "A gente não quer ter redução de custos porque alguém que teria direito ao benefício não recebeu porque

não tinha biometria cadastrada. O que a gente quer é que quem não tem direito deixe de receber", completou Dweck. Ela argumentou que o novo calendário foi formulado tanto para que não haja corrida para o cadastramento biométrico quanto para que haja tempo de emissão de todos os cadastros.

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, defendeu que o governo está facilitando alguns acessos para ter segurança como base e para que não haja nenhum tipo de açodamento para a adequação à biometria. "O governo federal não deseja dificultar o acesso de quem quer que seja. O movimento que fazemos aqui é de facilitação", disse Wolney. "A gente observa o cenário, vê que tantas pessoas ficariam fora, então nada mais natural do que estender o prazo para que as pessoas façam biometria", prosseguiu.

Hoje, há 68 milhões de beneficiários de programas sociais, dos quais 84% têm a biometria cadastrada, de acordo com o governo.

STJ

Gilmar suspende julgamento de governador do Acre

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu por no mínimo 15 dias o andamento de uma ação penal no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o governador do Acre, Gladson Cameli, que já se encontra afastado do cargo por suspeita de corrupção.

O processo que pode resultar na cassação do governador estava pautado para ser julgado ontem na Corte Especial do STJ. A suspensão tem como objetivo garantir a ampla defesa e o contraditório, afirmou Mendes. Ao suspender a tramitação do caso, Mendes atendeu a pedido da defesa, que alegou não ter tido acesso aos formulários de acesso a dois Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) produzidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e utilizados na investigação.

A relatora do caso no STJ, ministra Nancy Andrichi, já havia negado a suspensão pelo mesmo motivo, por não ver prejuízo à defesa, motivo pelo qual os advogados recorreram ao Supremo.

Para Mendes, o governador tem razão ao afirmar prejuízo à defesa por falta de acesso aos formulários. O ministro observou que o Supremo já decidiu, em tese de repercussão geral, que o compartilhamento de relatórios do Coaf depende de comunicação formal por meio de sistema específico, de modo que permita a identificação do solicitante e o motivo do acesso aos dados.

A decisão do Supremo tem como objetivo, por exemplo, coibir a chamada "pesca probatória", em que investigadores acessam dados de alvos específicas sem justificativa clara, fri-sou o ministro.

AGROTÓXICOS

‘Ninguém faz roça sem desmatar’, diz Gilmar Mendes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse ontem que "ninguém faz roça sem desmatar". A declaração foi feita durante o julgamento em que a Corte vai decidir sobre a constitucionalidade da concessão de benefícios fiscais para agrotóxicos.

Durante a sessão, Gilmar Mendes destacou que o agronegócio brasileiro ficou competitivo no exterior em função de investimentos em tecnologia e saiu do que chamou de "neocolonismo dominante".

"Ninguém faz roça sem desmatar. Precisa tirar mato para fazer roça. O resto é coisa de bicho-grilo", afirmou.

O ministro disse ainda que não colocaria a palavra agrotóxico na Constituição se fosse redator do texto.

"Alguém vai fazer o discurso

de que desmataram muito. Não, nossas florestas, a maioria está em pé, se nós formos fazer uma relação comparativa", completou.

Após a manifestação do ministro, o julgamento foi suspenso. A data para retomada da análise do caso ainda não foi definida.

Os ministros julgam duas ações que foram protocoladas pelo PV e PSOL. Os partidos questionaram a validade do Convênio 100 de 1997, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e da Emenda Constitucional (EC) 132 de 2023.

As normas permitiram a aplicação de um regime diferenciado de tributação para os defensivos agrícolas e a redução de 60% nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos.

XENOFOBIA

Senado aprova voto de censura contra chanceler alemão

O plenário do Senado aprovou, na terça-feira, passada, um requerimento do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) com voto de censura ao chanceler alemão Friedrich Merz, em razão de declarações consideradas xenófobas e preconceituosas contra a cidade de Belém, sede da Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP30). As declarações do chanceler alemão foram dadas durante um discurso no Congresso Alemão do Comércio no último dia 13. Na ocasião, ele comparou o Brasil com a Alemanha.

"Senhoras e senhores, vivemos em um dos países mais belos do mundo. Na semana passada, perguntei a alguns jornalistas que estavam comigo no Brasil: 'Quem de vocês gostaria de ficar aqui?' Ninguém levantou a mão. Todos ficaram felizes por termos retornado à Alemanha daquele lugar que tínhamos acabado de visitar", disse Merz. O discurso de Merz foi transmitido no YouTube e transcrito na página oficial do governo federal alemão

Para Zequinha Marinho, as declarações "não são apenas infelizes", mas também desrespeitam a cidade de Belém e todo o povo brasileiro, sobretudo, a Amazônia, "região que é patrimônio da humanidade". Zequinha criticou a postura do chanceler, classificando-a como "superficial" e "paternalista", e defendeu que países ricos assumam compromissos concretos para financiar a preservação da floresta. "A COP30 é uma oportunidade para que os países assumam compromissos reais e ambiciosos. Belém foi escolhida justamente por estar no coração da Amazônia, onde se trava a batalha mais importante contra o aquecimento global", afirmou.

Também na terça-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva respondeu ao chanceler alemão. "O primeiro-ministro da Alemanha esses dias se queixou: 'Fui no Pará e voltei logo porque gosto mesmo é de Berlim'. Ele, na verdade, deveria ter ido em um boteco no Pará. Deveria ter dançado no Pará. Deveria ter provado a culinária do Pará.

